

6

Conclusão

As raízes do passado rebentam por todos os lados do nosso solo: rebentam sob forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos. Gememos sob o peso dos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história.

Antero de Quental

Em 2008, cursei uma disciplina ministrada pelo meu orientador Ronaldo Menegaz, cujo propósito, dentre outros, era o de analisar clássicos e obras contemporâneas que versassem sobre as Navegações Portuguesas. Travei aí contato com *As Naus*, livro que solidificaria, para mim, a ideia de que o ponto de ruptura da identidade de Portugal estava justamente no período de Ouro de sua História. Não podemos, por conta disso, ignorar uma fala de Cândido Ferreira Baptista Beirante. No texto “Aspectos gerais das narrativas de naufrágios”, Beirante diz que “a odisséia dos desbravadores dos mares é um símbolo da viagem sem fim dos homens que somos, ao interior de nós mesmos, em direcção à patria definitiva, lugar ideal, num tempo sem tempo” (33).

Percrustrei neste trabalho o carácter híbrido e *farsesco* dos Descobrimentos em *As Naus*. Defini o período histórico destacado como a aventura definidora e definitiva da psique portuguesa a fim de que nos pudéssemos debruçar, de forma mais satisfatória, sobre a complexidade do paradigma identitário de Portugal. Vistas as ideias desenvolvidas neste trabalho, poder-se-ia conjecturar que o livro de Lobo Antunes personifica a imagem que Portugal faz de si próprio – mais do que seu espelho, o romance funcionaria perante esta Nação como a “nau” capaz de transportá-los através do oceano de ilusões e meias-verdades que aflige o país peninsular há séculos.

Mas para onde navega esta embarcação? Isso, claro, Lobo Antunes não informa. Afinal, ele tampouco o sabe, já que seu trabalho se assemelha mais ao de um Noé dos novos tempos do que ao de Vasco da Gama. Em sua publicação *Nós e a Europa ou as duas razões*, Eduardo Lourenço assevera que as Navegações

criaram uma “desproporção entre o que nós éramos como potência europeia e a vastidão desse novo espaço” (18). A viagem, agora, deve ser subjetiva: a vastidão dos espaços perpassados de antanho é substituída por uma viagem ao interior de si – interior do que se foi, do que se é e do que se poderá ser, santa trindade sempre evocada em *As Naus*.

António Lobo Antunes, assim, “eterniza” o tempo das Descobertas, mas pelo caminho da desconstrução. O escritor dá novas formas a cânones históricos e reinventa narrativas que não são parte da dita História oficial, mas partes de possíveis histórias que, bem à moda do autor, jamais completam um todo. Vejamos uma frase de Jacques Rancière retirada de seu livro *A partilha do sensível*: “Não se trata pois de dizer que a “História” é feita apenas das histórias que nós nos contamos, mas simplesmente que a “razão das histórias” e as capacidades de agir como agentes históricos andam juntas” (59).

N’*As Naus*, tais histórias – o plural é obrigatório, pois não pode haver apenas uma narrativa que dê conta da dita História, pois esta, conforme tentei apontar neste trabalho, é irrealizável enquanto fenômeno isoladamente enunciável e, portanto, imutável – comporiam, então, o inconsciente “histórico” de Portugal e do próprio Lobo Antunes. Inconsciente manifestado individual e coletivamente, conclui-se, já que nos debruçamos sobre obra realizada por um autor português falando de um (ou seria de vários?) momento histórico de seu país. A análise do percurso da identidade feita por Homi K. Bhabha, no livro *O Local da Cultura*, revela-se capaz de lançar ainda mais luz a este tema:

A emergência do sujeito humano como social e psiquicamente legitimado depende da negação de uma narrativa originária de realização ou de uma coincidência imaginária entre interesse ou instinto individual e a Vontade Geral. Essas identidades binárias, bipartidas, funcionam em uma espécie de reflexo narcísico do Um no Outro, confrontados na linguagem do desejo pelo processo psicanalítico de identificação. Para a identificação, a identidade nunca é um a priori, nem um produto acabado; ela é apenas e sempre o processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade. As condições discursivas dessa imagem psíquica da identificação serão esclarecidas se pensarmos na arriscada perspectiva do próprio conceito da imagem, pois a imagem (...) é a representação de um tempo que está sempre em outro lugar, uma repetição (85).

A identidade portuguesa realmente é fragmentada como a de outros países, mas de um jeito inequivocadamente único, que a diferencia de outras ex-

metrópoles europeias no contato com ex-colônias. Segundo Eduardo Lourenço, trata-se de uma Nação de certa forma esquizofrênica, incapaz de se reconhecer como pequena justamente porque nunca soube ser grande.

Desconstruir a memória oficial, então, pode ser considerada a forma encontrada pelo autor d'*As Naus* de dar continuidade ao processo de formação dessa identidade irrealizada. O modo como a narrativa de António Lobo Antunes opera, atendo-nos a esse paradigma, resume-se a dois fatores: descentrar os fatos e pluralizar as narrativas. Tal desconstrução torna-se mais paradigmática na destruição de totens sagrados do grande passado lusitano – a começar pela releitura radical de Luís de Camões, conforme se verifica na transcrição abaixo:

O homem de nome Luís ainda escrevia ótavas, diante da mesma água mineral, na esplanada do café de Santa Apolônia, apontando de tempos a tempos o olho oco, que parecia ver para trás, na direcção de bagageiros de passinho marreco sob malas imensas ou de negociantes de droga que roçavam o lombo nas imediações do quiosque dos jornais (Antunes, 1988, 155).

Em “O retorno do fato”, Pierre Nora defende que promover o vivido em histórico muda completamente a natureza do histórico e também do vivido. A História, completa Certeau³³, deve dialogar com o outro, seja o real a ser captado, sejam quaisquer outros discursos subjacentes à oficialidade – e sempre nos limites de suas impossibilidades, conforme se denota pelo trecho abaixo d'*As Naus*:

Um rafeiro uivou a cinquenta metros de nós e logo um segundo, mais distante, retorquiu das bombas de gasolina num lamento dorido, de goela ampliada pela concha de cimento da garagem com outras vozes lá dentro, de automobilistas, de carteiros de motorizada, de estofadores, do último mecânico a ensaboar-se a uma torneira cuja água se espalhava a brilhar pelas gretas do chão (ibid, 36).

Volto a salientar que António Lobo Antunes, em seu romance, chega a louvar a “mentira”, ficcionalizando sem nenhum pudor cânones da memória portuguesa³⁴, apesar de criar sua representação baseada em uma “história real”.

³³ ibid.

³⁴ Dou apenas um exemplo: o D. Sebastião de *As Naus* é descrito como um “pateta inútil de sandálias e brinco na orelha, sempre a lamber uma mortalha de haxixe, tinha sido esfaqueado num bairro de droga de Marrocos por roubar a um maricas inglês, chamado Oscar Wilde, um saquinho de liamba” (Antunes, 179).

Por isso, a “verdade”³⁵, aparentemente, não lhe basta – nem tampouco a mentira, agora sem aspas. Minha fala está de acordo com a definição de Rancière acerca do estatuto da ficção na literatura:

A soberania estética da literatura não é, portanto, o reino da ficção. É, ao contrário, um regime de indistinção tendencial entre a razão das ordenações descritivas e narrativas da ficção e as ordenações da descrição e interpretação dos fenômenos do mundo histórico e social (ibid, 55).

E quanto à paródia? Para mim, ela não é uma das armas com maior potencial de fogo utilizadas por António Lobo Antunes em seu romance, embora, *a priori*, sua existência pareça-nos extremamente elementar e inegável. Um olhar menos cuidadoso sobre *As Naus* revelaria uma mera paródia do momento mais caro da História de Portugal. E este livro realmente o é, claro, como já mostramos em diversas passagens deste trabalho.

O projeto de Lobo Antunes, porém, mira seu olhar muito além da mera construção de uma comédia de erros à portuguesa. Seu desejo não é apenas o de “destruir” cânones nem o de tentar reconstruí-los à moda farsesca, embora ele também o faça com diversas personagens e situações retrabalhadas seguindo a trilha do absurdo. Mas há algo além, algo que não aparece na primeira olhadela descompromissada que dermos ao espelho disforme erigido pelo escritor à nossa frente, mesmo que o façamos a um palmo de nossos narizes. Lourenço demonstra como “redescobriu” a obra antuniana além das leituras óbvias que ela é capaz de suscitar-nos:

eu, realmente, comecei a ler a obra de António Lobo Antunes já de uma outra maneira, com outros olhos, e descobrindo que, afinal de contas, mesmo esta parte, esta perspectiva, não irônica mas sarcástica, a sua visão à Jerônimo Bosch da realidade era muito mais profunda do que uma simples sátira da nossa epopéia colonial, terminada ou falhada. E é dessa visão à Jerônimo Bosch, mas de um Jerônimo Bosch de hoje, do presente, da quotidianidade, daquilo que é realmente subalterno, daquilo que é triste, daquilo que é doloroso, daquilo que é crepuscular e daquilo que é o avesso da vida, o avesso da realidade esplendorosa que ele vai ser o navegador. E é dessa realidade submersa, que ele traz, como se mergulhasse numa

³⁵ Em *O Labirinto da Saudade*, Eduardo Lourenço diz que “a mais sumária autópsia da nossa historiografia revela o *irrealismo* prodigioso da imagem que os Portugueses se fazem de si mesmos” (17). Acredito que, de certa forma, *As Naus* seja uma espécie de louvor épico a esse irrealismo, um *Os Lusíadas* às avessas – e não exatamente um *antilusíadas*, como já comentei alguns capítulos acima.

espécie de aquário, os peixes mais brilhantes. E com isso, pouco a pouco, Lobo Antunes foi inventando um outro país, que é o nosso país (2004, 353).

Olhar para si é uma viagem muito mais custosa do que apenas mirar o passado. É (re)inventar-se, adaptando a transcrição acima de Lourenço, para muito além do passado, da História, da nossa própria memória. Para Onésimo Teotônio Almeida³⁶, “a memória é apenas um dos elementos integrantes do processo de identidade”. Mas quais seriam os outros elementos? Se a memória – e todas as ideias que fazem parte de tão largo campo semântico, como Verdade, História etc. – é apenas um dos componentes da identidade portuguesa, é preciso definir o(s) outro(s) ingrediente(s) que a compõe(m).

Talvez seja por isso que, de forma ousada, António Lobo Antunes refaça o caminho iniciado centenas de anos antes: ao costurar História(s), navega rumo ao desconhecido, à descoberta de um outro – outro além de qualquer historiografia, de qualquer sentido – talvez capaz de comunicar, mesmo que parcialmente, o que séculos de estudos não conseguiram de todo decifrar. De acordo com Eduardo Lourenço, “ao longo do século XVI e de certa maneira até hoje, os portugueses converteram-se em ocidentais perdidos e achados no Oriente que os seduz e lhes fornece mais matéria de ficção vivida que a madre Europa” (1994, 145).

Recriar ficcionalmente a História talvez seja a única solução a esse “ser perdido de antemão e que milagre algum de dialéctica poderá reencontrar ao fim de uma análise” (17), acrescenta o mesmo Eduardo Lourenço³⁷. Uma vez descaracterizados e desvirtuados conforme os exemplos ilustrados nas páginas anteriores deste trabalho, as personagens de *As Naus* acabam por vestir a pele de um outro. Helenice Maria Reis Rocha, em “Utopia e distopia em Lobo Antunes”, é peremptória ao falar do mundo criado pelo escritor: “parece ser um grande hospital e entre os mortos e os feridos estão, entre outras coisas, as grandes navegações, a empresa colonizadora, a ditadura de Salazar, o socialismo real” (ibid, 395).

Com tal estratégia narrativa, António Lobo Antunes esquiva-se, em seu livro, do papel de Norte, por tentar não olhar o Sul de fora. Ele quer falar de dentro, arrebentando as amarras formais e conceituais que separam sujeito e

³⁶ ibid.

³⁷ Ver *O Labirinto da Saudade*.

objeto, narrador e leitor, Portugal e África, colonizador e colonizado, eu e o outro. Segundo Gerd Bornheim, “a viagem moderna põe em jogo o estatuto ontológico da mesmidade do mesmo, e abre-se em direção à descoberta das dimensões da alteridade do outro” (ibid, 32).

Seriam os Descobrimientos a epifania lusitana, o ápice que antecedeu sua queda? Parece-me definitivamente que sim. E *As Naus* é uma narrativa cuja estruturação, à moda fragmentada, potencializa tal viés. Retomo o infatigável Eduardo Lourenço, que oferece significativa sentença sobre seu país: “Perdemo-nos no mar, e é nessa perdição que nos encontramos” (1997, 143).

A derrota do Projeto Português gerou um ressentimento que está imbricado na alma de seu povo. Rememoremos a história de meu pai contada na introdução desta dissertação: quando meros camponeses olham com ódio aquele que migrou, que atravessou o Atlântico – sempre o mar, notemos –, resta-nos a pergunta: há retorno para os que se foram? E há retorno para os que se perderam de si mesmos desde que se puseram os pés em naus?